

## “NOTÍCIAS DO RIO”: JORNAL CENSURADO COMO ELEMENTO DE PRODUÇÃO DE SABER

Vandré Aparecido TEOTÔNIO DA SILVA<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo visa problematizar o processo de interdição do jornal *O Estado de S. Paulo*, durante os anos de 1940 a 1945 quando a folha irá sofrer intervenção do Estado Novo. Mais do que censurar, vemos nesse processo de interdição o uso do jornal como veículo de comunicabilidade entre leitor e Estado. Deste modo, o caso do *O Estado de S. Paulo* corrobora com um projeto de comunicação do Estado Novo que se baseia em relações assimétricas de poder entre o Estado e Meios de Comunicação, produzindo, paulatinamente, saberes e práticas que tinham por objetivo a autolegitimação do regime por meio da notícia, onde o Estado Novo, através da coluna *Notícias do Rio*, far-se-á presente no cotidiano do leitor.

**Palavras-Chave:** Estado Novo; História da Imprensa; Censura.

**ABSTRACT:** This article seeks to discuss the process of banning the newspaper *O Estado de S. Paulo*, during the years 1940 to 1945 when the sheet will undergo intervention of the *Estado Novo*. Rather than criticize, we see this process of banning the use of newspaper as a vehicle to communicate between reader and State. In this way, the case of *O Estado de S. Paulo* confirms a communication project of the Estado Novo which is based on asymmetrical power relations between the state and media, producing gradually, knowledge and practices that had the objective of self-legitimation of the regime through the news, where the *Estado Novo*, by column *Notícias do Rio*, there will be present in the everyday reader.

**Keywords:** *Estado Novo*; History of the Press; Censorship.

### 1. O Estado de S. Paulo: silenciamento e intervenção

Na última semana de março de 1940 os leitores do periódico *O Estado de S. Paulo* se depararam com um hiato: a publicação da folha é suspensa. Sob a alegação de que os dirigentes do jornal conspiravam contra o regime, o tão comentado “episódio das armas na redação”, como aponta Sodré (1999), iria somente acabar cinco anos depois, com a reapropriação do periódico por seus antigos donos. Duas semanas após o incidente, já no mês seguinte, o jornal retorna às bancas com uma nota de segunda página intitulada “O reaparecimento do *O Estado de S. Paulo*”, assinada pelo novo diretor, Abner Mourão. No texto, o jornalista, nomeado pelo Conselho Nacional de Imprensa, expõe evasivamente o que levou o fechamento do periódico: “acontecimentos de gravidade excepcional, como é de domínio público”<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Mestrando em História Social pela Universidade de São Paulo. Pesquisa fomentada pelo CNPQ.

<sup>2</sup> O motivo alegado pelo Estado Novo para realizar a intervenção do *O Estado de S. Paulo* não será o foco primordial deste artigo, limitando-nos a assunção do processo de intervenção do periódico em seu

A invasão à redação do jornal, ocorrida em 25 de março de 1940, fora exaustivamente comentada por diversos jornais Brasil a fora, notícias prontas, ou melhor, “comunicados” oficiais sobre a existência de armamentos que seriam utilizados pelos proprietários de *O Estado de S. Paulo* para derrubar o governo de Vargas. Todavia, em continuação do texto acima, Abner Mourão tenta justificar a reabertura do periódico como um ato benevolente do regime: “A reabertura do jornal, facilitada pelos poderes públicos, visa principalmente atender ao lado humano: manter esse numeroso e respeitável grupo de trabalhadores nas atividades diárias de que retira a subsistência” (1940, p. 2).

Durante esse período, o jornal sofreu um processo de intervenção que irá transformar seus conteúdos, deixando-os, paulatinamente, mais próximos dos interesses do Estado Novo. O jornal que passara, desde a instauração do regime de 10 de Novembro, a publicar notas e matérias que eram diretamente enviadas pela Agência Nacional, ou em muitos casos, pelo próprio DIP, com o processo de intervenção, irá mostrar-se aos seus leitores, um eficiente meio de comunicabilidade entre o leitor e o Estado.

As “noticias pagas”, como eram chamadas notas, artigos e notícias oriundas da Agência Nacional, encaminhadas às redações, em um primeiro momento por telegrama e posteriormente via telefone, passaram a ditar o noticiário acerca da vida política na capital federal, criando, deste modo, uma constante de discursos que tinham por objetivo legitimar o regime instituído. Todavia, não é possível dizer que ocorreu uma homogeneização da recepção destas informações, visto que, no noticiar do cotidiano político das ações do governo, evidenciam-se conflitos e rearranjos nas relações entre meios de comunicação e Estado, e, mais ainda, permite visualizar procedimentos, técnicas e processos de resignificação da notícia como veículo de comunicabilidade com o leitor, criando nas relações de comunicação uma “via da mão dupla”, onde leitor e meio estabelecem acordos e embates na leitura do jornal (Martín-Barbero, 2008, p. 261).

Assim sendo, o processo de intervenção pelo Estado Novo no jornal *O Estado de S. Paulo*, que se estende do fechamento da redação em março de 1945 até sua reapropriação pela família Mesquita, em dezembro de 1945, marcará uma fase da história política brasileira onde os meios de comunicação passaram por um duro processo de silenciamento e coesão ideológica. Embora marcos, a intervenção no periódico, de seu início ao fim, iniciará com a fase de afirmação do regime do Estado Novo, com o aumento da censura e o consequente

---

funcionamento diário que irá se refletir na produção de notícias a cerca do regime em um jornal que já vem passando por um processo censório desde a instituição do Estado Novo em 1937. Ver em: Maria Helena Rolim CAPELATO, *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920-1945*, 1989.

monopólio da fala, desembocando na renúncia de Getúlio Vargas e o fim do regime instaurado em 1937. Deste modo, o período em questão será marcado por relações assimétricas de poder entre a imprensa e o Estado, cabendo ao primeiro exercer sua “função de caráter público” – ficando negada aos periódicos a publicação de informações contrárias ao regime ou, como define a constituição de 1937, a proibição de “recusar a inserção de comunicados do Governo” – e ao segundo, censurar, intervir, coibir e silenciar a informação “com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública” (Brasil, 1937).

## **2. Estado e Meios de Comunicação: relações assimétricas de poder**

Tardiamente a imprensa irá começar suas atividades no Brasil, pois era proibida a reprodução, criação e impressão de qualquer impresso, fosse ele de qualquer natureza, durante toda a vida colonial. Com a vinda da família real, em 1820, o surgimento da imprensa no Brasil irá introduzir, de modo lento e tortuoso, o país na modernidade das comunicações, onde o jornal irá assumir papel preponderante nos choques políticos da época.

A vinda da família real acabou por revelar duas faces da mesma moeda: a criação da imprensa, elemento essencial numa sociedade que se transformava, onde o papel de colônia irá alterar-se com a elevação do país em Reino Unido, e, o outro lado, já em seu nascimento o periodismo terá que lidar com momentos de relativa liberdade, censura e interdição<sup>3</sup>.

O processo de cerceamento às liberdades de publicizar informações, oriundos desde a chamada República Velha, irá se consolidar com o Estado Novo, pelo qual, este último, chama para si parte da intelectualidade para contribuir com um projeto centralizador de nação. Isto posto, inferimos que o olhar do Estado para com os meios de comunicação irá mudar, vendo-os como veículos eficazes de propagação e de mediação das ideias do regime.

O órgão que irá assumir tal tarefa será o DIP. O “famigerado” órgão, no tom da época, será o responsável pela centralização dos processos de comunicação no Brasil e terá, conforme veremos adiante, um duplo caráter: censurar e produzir.

Mas o que poderia definir essa relação? Seria apenas o Estado cumprindo seu papel de censor e castrador da publicização de determinadas ideias? Ou então, ingenuamente, ver os periódicos do período como meros instrumentos que, passivamente, faziam cumprir a determinação de órgãos como o DIP ou a Agência Nacional? Cremos que não. Para uma

---

<sup>3</sup> Para o entendimento do surgimento da imprensa no Brasil ver José Marques de MELO, *Sociologia da imprensa brasileira*, 1973. Lúcia M. B. P. NEVES e Tânia M. B. da C. FERREIRA (orgs), *História e imprensa – representações culturais e práticas de poder*, 2006. Marco MOREL, *Palavra, imagem e poder – o surgimento da imprensa no Brasil no século XIX*, 2003.

melhor assunção desta questão, devemos, antes de tudo, visualizar o problema como parte de um projeto político de centralização dos meios de comunicação.

Tal centralização vai de encontro com o projeto político do Estado Novo em criar um discurso homogêneo e direcional, onde “para instaurar uma verdade oficial, é necessário o controle da sociedade em todos os níveis” (Novinsk, 2002, p. 31), criando, portanto, a ideia de coesão nos discursos veiculados pelos jornais da época.

Mônica Pimenta Veloso, ao analisar o papel do DIP como mecanismo institucional de controle no campo artístico, vê nesse controle uma normalização dos discursos em torno da cultura onde, “a alta centralização do poder político é evidentemente acompanhada pela centralização do poder simbólico (...) na tentativa de obstaculizar a divulgação dos outros discursos configura um campo ideológico relativamente homogêneo” (1982, p. 77).

Deste modo, cremos que a análise da coluna *Noticias do Rio*, que após a intervenção do *O Estado de S. Paulo*, irá ganhar destaque à medida que o nível de modificações operadas no periódico mostrar-se-á evidente, como por exemplo, adquirindo letras garrafais e lugar privilegiado na capa do jornal<sup>4</sup>.

*Noticias* nasce em setembro de 1939 onde, aparentemente, tinha como objetivo a organização de matérias, das mais diversas, sobre a capital federal: de atropelamentos à festividades públicas, de tragédias da metrópole ao cotidiano do Palácio do Catete. Meses após sua criação, em março de 1940, o jornal é interdito e a coluna ressurgue nos números seguintes composta de uma nova roupagem: passou a concentrar tudo o que era referente às ações do governo, principalmente em relação ao cotidiano do Palácio do Catete<sup>5</sup>.

A coluna *Noticias do Rio* torna-se, após um processo de resignificação, veículo eficaz de mediação entre sociedade e Estado, produzindo, deste modo, um discurso autolegitimador do papel do regime na cotidianidade dos leitores. O Estado se transforma em protagonista das mudanças que operavam na sociedade, onde censura e interdição “fizeram parte da política do Estado para estabelecer controle social e impulsionar uma política cultural baseada na assimilação e na aculturação, em benefício da centralização e do paternalismo” (Figaro, 2008,

---

<sup>4</sup> A coluna *Noticias do Rio* era uma das poucas seções dentro do jornal que sofria modificações de localização no corpo do periódico. Para se ter uma ideia, ela irá transitar de matéria de capa a coluna de pequenas notas. Acreditamos que esse efeito, de colocar em evidência determinadas notícias e sublimar outras, servia aos propósitos do projeto ideológico do Estado Novo de controle dos meios de comunicação. Para melhor entendimento dos processos citados acima, ver as edições de *O Estado de S. Paulo* dos dias 09 e 10 de abril de 1940.

<sup>5</sup> Em algumas ocasiões, quando o objetivo era destacar alguma visita ou atividade do presidente considerada importante, essas notícias eram veiculadas na “sub-coluna” intitulada *Noticias do Catete*. *O Estado de S. Paulo*, 29 de abril de 1940.

p. 18). Fazer-se presente é o objetivo do Estado Novo que, para isso, irá valer-se das mais variadas formas repressivas, resultando em um projeto de comunicação centralizador que tinha por objetivo a busca de consenso nos leitores de *O Estado de S. Paulo*. Tal processo, que burocratizou boa parte das esferas do trato social, resultou, infelizmente, num silenciamento dos discursos que eram análogos ao projeto de Brasil do Estado Novo.

Destarte, o processo de centralização e coordenação dos meios de comunicação durante o período em questão torna patente a relação desprendida entre Estado e veículos de informação. Essa relação, pautada num projeto específico de comunicabilidade, irá determinar a atuação do Estado Novo neste campo, criando, para isso, “processos de reprodução simbólica” carregados de forte apelo sentimental, onde censura e produções simbólicas se mesclam e complementam a criação de um fazer jornalístico específico na história da imprensa brasileira (Melo, 2006, p. 56).

### **3. A intervenção como censura e produção de saberes**

Visto a censura como mecanismo de coesão e silenciamento, o processo de intervenção do Estado na vida do periódico, embora processos violentos de repressão às ideias, durante a fase de interdição notar-se-á extensa veiculação e construção de saberes que legitimavam junto ao leitor o regime de Novembro de 1937. O Estado Novo, tomando por base a produção de notícias no periódico, mostrar-se-á tanto como censor quanto produtor de conhecimentos. Os processos de transformação pelos quais passou a coluna *Noticias do Rio* corroboram para o entendimento das múltiplas táticas utilizadas pelo Governo Federal para fazer valer seus princípios e sua lógica, calando, mas, sobretudo, introduzindo novos saberes na leitura do jornal.

Essa “produção do saber” gerada pelo poder, dos quais nos remete Foucault (2007, p. 3), representa uma das faces do governo autoritário. É inegável a violência empreendida nas prisões, assassinatos e deportações de intelectuais e jornalistas, como por exemplo, a expulsão do país de Júlio de Mesquita Filho, dono do *O Estado de S. Paulo*, como também, e aí que a repressão e a censura agem com mais sutileza, a produção de um discurso pautado em cânones doutrinários muito bem solidificados. A repetição temática das notícias, veiculadas no periódico, oriundas da Agência Nacional, evidenciam essa auto-legitimação dos discursos e suas práticas. Ao auto-afirmar-se, o Estado Novo tenta criar uma atmosfera de unidade, base de sua política nacionalizadora, buscando, portanto, a produção de consenso entre os leitores paulistanos.

Nada escapa ao Estado: o lazer, o trabalho, a educação, a economia, a pobreza, o desenvolvimento, as estradas, tudo. Busca-se uma uniformização das falas com vistas à legitimação de seu projeto. Da vida privada ao que tange à coletividade, o Estado Novo se fez presente implementando sua censura policialesca e punitiva e, visivelmente, introduzindo nas páginas da coluna *Notícia do Rio* sua imagem, construindo, paulatinamente, um discurso legitimador da ordem: o Estado fala de si para todos.

Numa outra perspectiva, Karl Marx em *A liberdade de imprensa*, tratando do papel da imprensa e a ação da censura nas comunicações, conclui que: “A verdadeira censura (...) é a crítica; esta é a corte que a imprensa criou ao seu redor. A censura é a crítica ao monopólio do governo” (1980, p. 38). Para Marx, portanto, o Estado buscava o monopólio das comunicações como forma de obter o consenso da população. Quando fala que “censura é crítica”, em nosso caso o Estado Novo, nos coloca diante de um Estado que não a permite, controlando e punindo quem “sair dos eixos”, daí inferimos que os espaços na imprensa que pudessem ser utilizados para fazer oposição ao regime se encontravam fechados pela censura.

A interferência do Estado na cotidianidade foi posta em prática por meio da censura às manifestações culturais que não estivessem nos parâmetros determinados pelo regime. Tal interferência se torna tão constante que, o reverso da censura - enquanto instrumento prático de coesão e punição - recai em uma produção cultural extremamente simbólica, onde “tudo o que é ideológico é um signo” e a “criação ideológica - ato material e social - é introduzida à força no quadro da consciência individual”, caracterizando, portanto, em dominação social por meio do controle da palavra, imposição e submissão postas pela ideologia dominante (Bakhtin, 1981, p. 31).

O Estado, através de mecanismos de censura e controle, irá moldar as relações de comunicabilidade, apropriando-se dos meios de comunicação e, por meio da interdição, transformá-los em “porta-vozes” de seu projeto político. Todavia, não se podem fazer crer que, os discursos engessados produzidos pelo Estado Novo tenham atingido da mesma forma seus interlocutores.

Esse esforço por coordenar, padronizar e centralizar os meios de comunicação é analisado por Marialva Barbosa, onde a autora vê na burocratização do Estado elemento que compõe um projeto político em que a centralização é tônica do regime, pois, segundo a autora “(...) o Estado vai multiplicar o número de agências, institutos, conselhos, autarquias que irão centralizar as demandas dos diferentes setores da sociedade, através da multiplicação dos órgãos burocráticos” (2007, p. 106).

Portanto, com o intento de pôr em prática um projeto político centralizador e burocratizante, a figura do Estado tornar-se-á presente nos mais variados campos da cultura e da sociabilidade. Essa interferência no trato social tinha por objetivo a apropriação de signos e a padronização dos discursos, legitimando, por meio da notícia, o papel do Estado como agente ativo e coordenador de transformação da realidade nacional. Autonomear-se-á o legítimo comunicador dos ideais de convivência social e de relacionamento. Presente seja no rádio ou na cartilha escolar, o Estado Novo colocará em evidência sua doutrina com vias de legitimação de seu projeto de Brasil, criando, como resultado, uma gama de signos que permaneceram como registro da cotidianidade.

#### 4. O jornal censurado como objeto de pesquisa

O processo de intervenção no jornal *O Estado de S. Paulo* proporciona o questionamento do uso do periódico enquanto objeto privilegiado de análise, entendendo-o, portanto, como “instrumento de intervenção na vida política e na modelagem da consciência social de segmentos significativos da sociedade” (Capelato, 1980, p. 23). Quando esse exercício passa a ser visto pelos olhos de um historiador, a leitura de um jornal, mesmo sob o estado de censura, torna-se uma fonte riquíssima para o fazer histórico<sup>6</sup>.

Todavia, instiga-nos pensar que os processos de intervenção pelos quais passou *O Estado de S. Paulo* possam estar refletidos nas páginas da coluna *Notícias do Rio*, podendo ser visualizadas as tensões, processos de autoafirmação e, mais ainda, projetos de Brasil.

Acreditamos que a produção de notícias, devido sua “immediatez”, gera no leitor uma amplificação ou diminuição do acontecimento conforme a informação é apresentada (Vessentini, 1997, p. 29). Deste modo, *Notícias* é meio privilegiado de análise por reunir em seu espaço aspectos dessas transformações, tanto em conteúdo quanto em forma, que o periódico sofreu após o processo de intervenção pelo Estado.

Por outro lado, questionamentos vão surgindo conforme vamos adentrando no universo da notícia enquanto elemento persuasivo e carregado de simbolismos: como lidar com uma produção noticiosa onde o papel do Estado é de interventor, como também, de produtor de saberes que se inserem no cotidiano dos leitores?

---

<sup>6</sup> Quanto à importância do periódico censurado como importante fonte histórica, discordamos da posição de Jean-Jacques Becker, que considera a imprensa como “incapaz de servir de fonte quando é censurada”. Entendemos que nesses materiais podemos visualizar o esforço ideológico e prático de legitimação do poder. Jean-Jacques BECKER. *A opinião pública*. In: René RÉMOND, *Por uma história política*, 2003, p. 197.

A análise de *Noticias do Rio*, inserindo a coluna num contexto de cerceamento às ideias contrárias ao projeto de comunicação do Estado Novo, proporcionará novas leituras da história do periodismo brasileiro. Assim sendo, crê-se que a história do jornal *O Estado de S. Paulo*, durante seu fechamento e interdição por parte do governo federal, nos levará a uma melhor compreensão dos mecanismos de repressão e silenciamento empreendidos por um regime centralizador, como também, o entendimento do papel do periódico em sua cotidianidade, tendo como objeto de análise, a produção da notícia enquanto elemento de comunicabilidade do leitor com o Estado, personagem cada vez mais presente nos processos de burocratização e centralização da informação, seja falando de si para o leitor ou, como comprova as notícias publicadas, produzindo uma gama de saberes que tinham por objetivo a autolegitimação de seu papel na sociedade brasileira.

Em suma, acreditamos que a análise das relações travadas entre Estado e Meios de Comunicação, leitor e notícia, descortina um período da história de *O Estado de S. Paulo* que é renegada, obviamente, pela própria instituição que leva seu nome<sup>7</sup>. Tais apontamentos evidenciam que, mais ainda, não só de censura e silenciamento viveu o Estado em sua relação conflituosa com os meios de comunicação, em destaque para a imprensa, mas, sobretudo, preocupou-se em produzir saberes que substituíram a crítica e o diálogo por novos saberes que iam de encontro ao projeto centralizador do Estado Novo.

## REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1981.

BARBOSA, Marialva. **História social da imprensa: Brasil, 1900 – 2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm)

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **O bravo matutino: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa - Omega, 1980.

\_\_\_\_\_. Maria Helena Rolim. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista - 1920-1945**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

---

<sup>7</sup> O próprio *Grupo Estado*, em sua página da web, não reconhece o período da intervenção (1940-1945), considerando um “hiato” na história da instituição. Ver em <http://www.estadao.com.br/historico/index.htm>



FIGARO, Roseli. **Na cena paulista, o tetro amador: circuito alternativo e popular de cultura (1927-1945)**. São Paulo: Ícone, 2008.

FOUCAULT, Michael. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

\_\_\_\_\_. Michael. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2007.

\_\_\_\_\_. Michael. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Historia y critica de la opinion publica**. México: G Gili, 1986.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

MARX, Karl. **A liberdade de imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 1980.

MELO, José Marques de. **Sociologia da imprensa brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1973.

\_\_\_\_\_. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MOREL, Marco. **Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. **Imprensa e história: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NOVINSKY, Anita. Os regimes totalitários e a censura. In.: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias silenciadas: História da censura no Brasil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado/FAPESP, 2002, p. 31-73.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Editora FGV, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, José Inácio de Melo Souza. **O Estado contra os meios de comunicação (1889-1945)**. São Paulo: Annablume, 2003.

VELOSO, Mônica Pimenta. **Cultura e poder político: uma configuração no campo intelectual**. In: GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982, p. 77.

VESENTINI, Carlos Alberto. **A teia do fato**. São Paulo: Hucitec, 1997.